

Termo de Referência 82/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
82/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	EDUARDO ALBERTO SOARES TEODORO	11/06/2025 08:03 (v 17.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00230.000023/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidades Presidência da República	Quantidades CCOMGEX	Quantidades Hospital das Forças Armadas	Quantidades Totais	Valor unitário	VALOR TOTAL
1	434110	Acetilcisteína. Dosagem: 600 mg. Uso: Pó para solução oral. Apresentação: Sachê /Envelope	ENVELOPE	160	80	160	400	R\$ 1,30	R\$ 520,00
2	267502	Ácido Acetilsalicílico. Dosagem 100 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	250	500	1250	R\$ 0,24	R\$ 300,00
3	281657	Ácidos Graxos essenciais. Composição: composto dos ácidos caprílico, cáprico, láurico, componentes: linolêico, lecitina de soja, apresentação: associados com vitaminas "a" e "e", tipo: loção oleosa. Apresentação: Unidade = Frasco 100 mL	UNIDADE	30	15	30	75	R\$ 7,08	R\$ 531,00
4	278281	Adenosina. Dosagem: 3 mg /mL. Uso: Solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	200	100	200	500	R\$ 14,80	R\$ 7.400,00
5	315056	Água Destilada, aspecto físico: estéril e apirogênica. Uso: Injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	4600	2300	4600	11500	R\$ 0,51	R\$ 5.865,00

6	271356	Alprazolam. Dosagem: 1 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	150	0	450	R\$ 0,23	R\$ 103,50
7	271710	Amiodarona. Dosagem: 50mg /mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 3 mL	AMPOLA 3 MILILITRO	300	150	300	750	R\$ 3,40	R\$ 2.550,00
8	353333	Amoxicilina 875 mg associada com Clavulanato de Potássio 125 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1400	700	0	2100	R\$ 3,47	R\$ 7.287,00
9	272434	Anlodipino Besilato. Dosagem: 5 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	250	500	1250	R\$ 0,12	R\$ 150,00
10	267517	Atenolol. Dosagem: 50 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	250	500	1250	R\$ 0,11	R\$ 137,50
11	277934	Atropina Sulfato. Dosagem: 0,50 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	150	0	450	R\$ 2,85	R\$ 1.282,50
12	267140	Azitromicina. Dosagem: 500 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1200	600	600	2400	R\$ 1,30	R\$ 3.120,00
13	469426	Bacillus Clausii. Concentração: 2bilhões de UFC. Uso: suspensão oral. Apresentação: Flaconete /Frasco 5 mL	FRASCO 5 MILILITRO	500	250	0	750	R\$ 5,90	R\$ 4.425,00
14	270612	Benzilpenicilina Benzatina. Dosagem: 1.200.000 UI. Uso: suspensão injetável. Apresentação: Frasco-ampola	FRASCO-AMPOLA	600	300	600	1500	R\$ 9,56	R\$ 14.340,00
15	343573	Betaistina Dicloridrato. Dosagem 24 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	120	60	0	180	R\$ 1,01	R\$ 181,80
16	270590	Betametasona Dipropionato 5 mg/mL associada com Betametasona Fosfato Dissódico 2 mg/mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	4100	2050	3000	9150	R\$ 6,56	R\$ 60.024,00
17	270596	Betametasona Dipropionato 0,64mg/g associada a Gentamicina Sulfato 1,0mg/g. Uso: Creme Dermatológico. Apresentação: Bisnaga 30g	BISNAGA 30 GRAMA	50	25	0	75	R\$ 28,00	R\$ 2.100,00
18	268222	Bicarbonato de Sódio. Dosagem: 8,4%. Uso: Solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	400	200	400	1000	R\$ 1,22	R\$ 1.220,00
19	412840	Bilastina. Dosagem: 20 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	150	0	450	R\$ 1,30	R\$ 585,00
20	269958	Bromoprida. Dosagem: 5 mg /mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	800	400	800	2000	R\$ 1,89	R\$ 3.780,00
21	267613	Captopril. Dosagem: 25 mg. Apresentação: Comprimido.	COMPRIMIDO	1000	500	1000	2500	R\$ 0,07	R\$ 175,00
		Ceftriaxona Sódica. Dosagem: 1 g. Uso: pó para solução	FRASCO-						

22	442701	injetável. Apresentação: Frasco-ampola	AMPOLA	700	350	700	1750	R\$ 5,24	R\$ 9.170,00
23	271988	Cefuroxima. Dosagem: 250 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	750	0	0	750	R\$ 5,21	R\$ 3.907,50
24	340105	Cetoprofeno. Dosagem: 100 mg. Apresentação: Comprimido com revestimento gastrorresistente - liberação entérica	COMPRIMIDO	600	300	600	1500	R\$ 1,60	R\$ 2.400,00
25	272166	Ciclobenzaprina Cloridrato. Dosagem: 5 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	300	300	1200	R\$ 0,46	R\$ 552,00
26	407075	Ciclobenzaprina Cloridrato 5 mg associada à Cafeína 30 mg. Apresentação: Comprimido revestido.	COMPRIMIDO	450	225	0	675	R\$ 1,86	R\$ 1.255,50
27	267632	Ciprofloxacino Cloridrato. Dosagem: 500 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	420	210	300	930	R\$ 0,35	R\$ 325,50
28	284102	Ciprofloxacino Cloridrato 3,5 mg/mL associada com Dexametasona 1 mg/mL. Uso: solução oftálmica. Apresentação: Frasco 5 mL	FRASCO 5 MILILITRO	50	25	0	75	R\$ 13,77	R\$ 1.032,75
29	268436	Clindamicina Dosagem: 300 mg. Apresentação: Cápsula	CÁPSULA	3200	1600	0	4800	R\$ 1,54	R\$ 7.392,00
30	344014	Clonazepam. Dosagem: 0,25 mg. Apresentação: Comprimido Sublingual	COMPRIMO	300	150	0	450	R\$ 0,28	R\$ 126,00
31	272043	Clonidina Cloridrato. Dosagem: 0,1 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	390	195	300	885	R\$ 0,33	R\$ 292,05
32	272045	Clopidogrel. Dosagem: 75 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	300	600	1500	R\$ 0,85	R\$ 1.275,00
33	267161	Cloreto de Potássio, Dosagem: 10%. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	200	100	200	500	R\$ 0,95	R\$ 475,00
34	267574	Cloreto de Sódio. Dosagem: 20%. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	200	100	0	300	R\$ 0,80	R\$ 240,00
35	448699	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	1200	600	0	1800	R\$ 0,45	R\$ 810,00
36	268236	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Frasco 100 mL em sistema fechado	FRASCO 100 MILILITRO	4400	2200	4400	11000	R\$ 4,37	R\$ 48.070,00
37	268236	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Frasco 500 mL em sistema fechado	FRASCO 500 MILILITRO	3600	1800	3600	9000	R\$ 8,89	R\$ 80.010,00
		Colagenase 0,6 UI/g associada com Cloranfenicol							

38	270495	0,01 g/g Uso: pomada dermatológica. Apresentação: Bisnaga 30 g	BISNAGA 30 GRAMA	50	10	0	60	R\$ 24,00	R\$ 1.440,00
39	276283	Deslanosídeo. Dosagem: 0,2 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	50	0	50	100	R\$ 4,98	R\$ 498,00
40	267643	Dexametasona. Dosagem: 0,1%. Uso: creme dermatológico. Apresentação: Bisnaga 10 g	BISNAGA 10 GRAMA	100	50	0	150	R\$ 2,39	R\$ 358,50
41	396741	Dextrana 0,1% associada à Hipromelose 0,3%. Uso: solução oftálmica. Apresentação: Frasco 15 mL	FRASCO 15 MILILITRO	50	25	50	125	R\$ 22,49	R\$ 2.811,25
42	267194	Diazepam. Dosagem: 5mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	100	50	0	150	R\$ 2,20	R\$ 330,00
43	448613	Diclofenaco Dietilamônio. Dosagem: 10 mg/g. Uso: aerosol tópico. Apresentação: Frasco 85 mL	FRASCO 85 MILILITRO	50	25	0	75	R\$ 18,30	R\$ 1.372,50
44	272215	Difenidramina 5 mg associada com Citrato de Sódio 10 mg e Cloreto de Amônio 50 mg. Uso: oral. Apresentação: Pastilha	PASTILHA	500	250	0	750	R\$ 0,86	R\$ 645,00
45	267569	Diltiazem. Dosagem: 30 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	150	75	150	375	R\$ 0,40	R\$ 150,00
46	272336	Dimenidrinato 3 mg/mL associado com Piridoxina 5 mg /mL + Glicose 100 mg/mL + Frutose 100 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	700	50	700	1450	R\$ 15,80	R\$ 22.910,00
47	272333	Dimenidrinato 50 mg associado Piridoxina 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	800	50	600	1450	R\$ 0,75	R\$ 1.087,50
48	270633	Dipirona Sódica 300 mg associada à Cafeína 30 mg e Isometepteno 30 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1000	1500	0	2500	R\$ 1,21	R\$ 3.025,00
49	268252	Dipirona Sódica. Dosagem: 500 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	3000	1500	3000	7500	R\$ 1,40	R\$ 10.500,00
50	410023	Dipirona Sódica. Dosagem: 1 g. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1500	750	0	2250	R\$ 0,85	R\$ 1.912,50
51	267907	Beclometasona Dipropionato. Dosagem: 400 mcg/mL. Uso: suspensão para inalação. Apresentação: Flaconete /Frasco 2 mL	FLACONETE 2 MILILITRO	50	25	50	125	R\$ 6,65	R\$ 831,25
52	272190	Dobutamina. Dosagem: 25 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 20 mL	AMPOLA 20 MILILITRO	20	10	0	30	R\$ 7,26	R\$ 217,80
53	269962	Domperidona. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	150	300	750	R\$ 0,19	R\$ 142,50

54	267651	Enalapril. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	250	500	1250	R\$ 0,16	R\$ 200,00
55	268255	Epinefrina. Dosagem: 1 mg /ml. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	250	300	850	R\$ 2,78	R\$ 2.363,00
56	270620	Escopolamina Butilbrometo 10 mg associada com Dipirona Sódica 250 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	300	0	900	R\$ 0,79	R\$ 711,00
57	270621	Escopolamina Butilbrometo 4 mg/mL associada com Dipirona Sódica 500 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	1400	700	1400	3500	R\$ 2,25	R\$ 7.875,00
58	267283	Escopolamina Butilbrometo. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	100	50	100	250	R\$ 1,08	R\$ 270,00
59	267282	Escopolamina Butilbrometo. Dosagem: 20 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	150	0	450	R\$ 2,08	R\$ 936,00
60	274186	Esomeprazol. Dosagem: 20 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	196	98	0	294	R\$ 1,20	R\$ 352,80
61	270116	Etomidato. Dosagem: 2 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	25	10	0	35	R\$ 21,61	R\$ 756,35
62	267107	Fenitoína Sódica. Dosagem: 50 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	50	25	0	75	R\$ 2,80	R\$ 210,00
63	300725	Fenobarbital Sódico. Dosagem: 100 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	100	50	0	150	R\$ 4,30	R\$ 645,00
64	271950	Fentanila. Dosagem: 0,05 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	50	25	0	75	R\$ 8,60	R\$ 645,00
65	270796	Fexofenadina 60 mg associada à Pseudoefedrina 120 mg. Apresentação: Comprimido revestido de liberação prolongada	COMPRIMIDO	500	250	0	750	R\$ 4,59	R\$ 3.442,50
66	270799	Fexofenadina. Dosagem: 180 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	100	50	0	150	R\$ 1,62	R\$ 243,00
67	267662	Fluconazol. Dosagem: 150 mg. Apresentação: Cápsula	CÁPSULA	150	68	150	368	R\$ 0,93	R\$ 342,24
68	268510	Flumazenil. Dosagem: 0,1 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	20	10	0	30	R\$ 10,00	R\$ 300,00
69	272478	Flunarizina Dicloridrato. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	100	10	0	110	R\$ 0,30	R\$ 33,00
70	267666	Furosemida. Dosagem: 10 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	300	150	300	750	R\$ 1,45	R\$ 1.087,50
TOTAL									R\$ 342.054,79

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2. As entregas serão sem quantitativo predefinido, entregue em função do consumo e da demanda;

1.4 Não será permitido a adesão à ata de registro de preço devido à falta de capacidade de pessoal para o gerenciamento dos itens listados.

1.5 A nota de empenho oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025

2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

3. Id do item no PCA: 475

4. Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS

5. Identificador da Futura Contratação: 110001-197/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 4 (Descrição dos Requisitos da Contratação) dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade: Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.

3.2.1. Quando a validade for inferior a 18 (dezoito) meses: Aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses materiais, a Coordenação Geral de Saúde - COSAU, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

3.3. As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

3.4. Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

3.4.1. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr 6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

3.5. Bula do medicamento, com o objetivo de verificar se o medicamento ofertado está de acordo com a especificação do item no edital, uma vez que não são solicitadas amostras dos medicamentos para essa finalidade;

3.6. Os medicamentos entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.7. Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens que só tiverem essa apresentação no mercado, conforme RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007", se faz necessário uma vez que, a validade de medicamentos manipulados são de menor prazo, que é uma forma de atestar que o produto mantém as características de eficácia e segurança até aquela data. Os medicamentos manipulados são feitos artesanalmente, um a um, sem a utilização de equipamentos industriais. São chamados produtos extemporâneos, ou seja, têm uma vida de prateleira mais curta. A variação dos prazos de validade nas farmácias deve-se às técnicas utilizadas por cada uma.

3.8. Para os medicamentos similares, serão aceitos apenas os que contenham na bula a frase: 'MEDICAMENTO SIMILAR EQUIVALENTE AO MEDICAMENTO DE REFERÊNCIA'.

3.9. O licitante obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).

3.10. A proposta deverá conter ainda: Número do Registro na ANVISA e a quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

1 - Coordenação de Saúde da Presidência da República: localizada no Anexo III, Térreo do Palácio do Planalto, na Avenida N-2 Norte em Brasília-DF, em horário de 8h às 16h, telefone (61) 3411-2568;

2 - UASG 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda às quintas-feiras e nas sextas-feiras das 7h às 11:30h.

3 - Seção de Saúde da Base Administrativa do CCOMGEX - Estrada Parque Contorno, DF-001, km 05, Setor Habitacional Taquari, (Forte Marechal Rondon), Lago Norte, CEP 71.559-902 - Brasília-DF. Em horário entre 8h às 16h, de segunda a quinta-feira e, na sexta-feira, das 8h às 11h30, nos dias úteis.

5.3 As entregas serão sem quantitativo predefinido, entregue em função do consumo e da demanda;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato, decorrente de registro de preço, deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, decorrente de registro de preço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ata de registro de preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato, decorrente de registro de preço, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Temo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução da ata, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, decorrente de registro de preço, nas datas aprezadas, o fiscal técnico da ata de registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor da ata, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor da Ata de Registro de Preços

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ata de registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, decorrente do registro de preço.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20 % (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para

emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9 . Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de

crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/03/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento..

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a demanda.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.27. Não será exigido.

9.27.1. De acordo com o inciso III do Art. 70 da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de documentação de Qualificação Econômico-Financeira. O objeto desta contratação caracteriza-se como um bem de entrega imediata, cuja natureza e especificidades não demandam análise aprofundada da capacidade técnica ou da saúde econômico-financeira da contratada. Não há riscos significativos que justifiquem tal exigência. Ademais, a simplicidade do fornecimento e a ausência de obrigações continuadas garantem que eventuais impactos decorrentes de incapacidade financeira sejam mínimos e plenamente gerenciáveis.

9.27.2. A dispensa da documentação está amparada em base legal e atende aos princípios da eficiência e economicidade que regem a administração pública, permitindo maior celeridade ao processo licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a qualidade do objeto a ser contratado.

Qualificação Técnica

9.28. COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA (AFE) - participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou documento de comprovação da dispensa, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014 (Documento obrigatório).

9.28.1. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte com produtos para saúde, inclusive no caso de subcontratação.

9.29. Para os itens 6, 30, 42, 61, 62, 63 e 64, COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (AE) - participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou documento de comprovação da dispensa, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014 (Documento obrigatório).

9.29.1. A AE é exigida para as atividades descritas no art. 3 ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham, segundo o disposto na Portaria SVS/MS no 344, de 1998 e na Portaria SVS/MS no 6, de 29 de janeiro de 1999.

9.30. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 342.054,79 (Trezentos e quarenta e dois mil, cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.7. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, da renovação se dará nos exatos quantitativos estabelecidos na ATA de Registro de preço e desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Brasília, 11 de março de 2025

FABIO LEANDRO SANTOS DE OLIVEIRA

Farmacêutico

EDUARDO ALBERTO SOARES TEODORO

Coordenador de Promoção da Saúde

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO ALBERTO SOARES TEODORO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/06/2025 às 20:29:21.

FABIO LEANDRO SANTOS DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2025 às 08:03:50.

Estudo Técnico Preliminar 20/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00230.000023/2025-77

2. Descrição da necessidade

Atender ao posto médico da Presidência da República e às malas de viagem presidenciais, de acordo com as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Saúde	ANDRESA CRISTINER AGOSTINHO GOMES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

Validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega.

Quando a validade for inferior a 18 (dezoito) meses: Aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses materiais, a Coordenação Geral de Saúde - COSAU, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr 6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

Bula do medicamento, com o objetivo de verificar se o medicamento ofertado está de acordo com a especificação do item no edital, uma vez que não são solicitadas amostras dos medicamentos para essa finalidade;

Os medicamentos entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego.

Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens que só tiverem essa apresentação no mercado, conforme RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007", se faz necessário uma vez que, a validade de medicamentos manipulados são de menor prazo, que é uma forma de atestar que o produto mantém as características de eficácia e segurança até aquela data. Os medicamentos manipulados são feitos artesanalmente, um a um, sem a utilização de equipamentos industriais. São chamados produtos extemporâneos, ou seja, têm uma vida de prateleira mais curta. A variação dos prazos de validade nas farmácias deve-se às técnicas utilizadas por cada uma.

Para os medicamentos similares, serão aceitos apenas os que contenham na bula a frase: 'MEDICAMENTO SIMILAR EQUIVALENTE AO MEDICAMENTO DE REFERÊNCIA'.

O licitante obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).

A proposta deverá conter ainda:

1. Número do Registro na ANVISA;
2. Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.

5. Levantamento de Mercado

Das possíveis soluções existentes no mercado:

5.1.1. Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.1.2. Os itens solicitados constituem medicamentos já padronizados no Catálogo de Padronização de Medicamentos da COSAU, e que são comumente comprados pela Coordenação Geral de Saúde - COSAU.

5.1.3. A Equipe de Planejamento da contratação excutiu o levantamento de mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros Órgãos, consulta a Sítios na Internet e consultas a publicações especializadas. Fruto dos estudos de mercado, a equipe de planejamento encontrou as soluções a seguir expostas para o problema levantado.

5.2. Das soluções:

5.2.1. Solução 1 - Encaminhamento dos pacientes para Hospitais.

5.2.2. Solução 2 - Aquisição de medicamentos de utilização na Coordenação Geral de Saúde, com a finalidade de atender todos os pacientes de forma rápida e eficaz.

5.3. Da análise das soluções:

5.3.1. Solução 1 - Não é viável por gerar elevado custo para este órgão.

5.3.2. Solução 2 - Mostra-se mais adequada, uma vez que os medicamentos serão utilizados pela equipe de saúde da COSAU.

5.4. Das possíveis formas de contratação

5.4.1. Das Formas:

- 5.4.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.
- 5.4.1.2. Forma 2 - Manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.
- 5.4.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.
- 5.5. Da análise das formas de contratação:
- 5.5.1. Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão tendo como base serem itens do referido processo.
- 5.5.2. Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para manifestação.
- 5.5.3. Forma 3 - É possível a realização da licitação.
- 5.6. Da conclusão
- 5.6.1. Com o exposto, esta equipe conclui que deve-se realizar licitação própria, nos termos da Forma 3 para a execução da Solução 2.

6. Descrição da solução como um todo

Esta Coordenação Geral de Saúde, realizou o levantamento de mercado, com intuito de verificar a melhor solução para atender as necessidades da Coordenação-Geral de Saúde.

A presente solicitação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo de medicamentos na Farmácia da Coordenação de Saúde. A necessidade foi justificada no item 2 do Estudo Técnico Preliminar - ETP, os requisitos da contratação foram listados no item 4 e as possíveis soluções foram analisadas no item 5 do referido ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades necessárias são baseadas nos materiais atualmente disponíveis e foram calculadas para repor ou substituir os materiais para o uso nas maletas de viagem. Além disso, as quantidades levam em consideração o uso desses materiais para consumo no pronto atendimento, o que ocorre ao longo de todo o ano. No ano de 2023 e 2024 houve aquisição dos materiais como consta no processo. Com base no exposto, segue abaixo o quadro estimativo da presente demanda

Item	CATMAT	Descrição	UF	QTD	Valor unitário	VALOR TOTAL
1	434110	Acetilcisteína. Dosagem: 600 mg. Uso: Pó para solução oral. Apresentação: Sachê /Envelope	ENVELOPE	160	R\$ 1,30	R\$ 208,00
2	267502	Ácido Acetilsalicílico. Dosagem 100 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,24	R\$ 120,00
3	281657	Ácidos Graxos essenciais. Composição: composto dos ácidos caprílico, cáprico, láurico, componentes: linolêico, lecitina de soja, apresentação: associados com vitaminas "a" e "e", tipo: loção oleosa. Apresentação: Unidade = Frasco 100 mL	UNIDADE	30	R\$ 7,08	R\$ 212,40
4	278281	Adenosina. Dosagem: 3 mg /mL. Uso: Solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	200	R\$ 14,80	R\$ 2.960,00

5	315056	Água Destilada, aspecto físico: estéril e apirogênica. Uso: Injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	4600	R\$ 0,51	R\$ 2.346,00
6	271356	Alprazolam. Dosagem: 1 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	R\$ 0,23	R\$ 69,00
7	271710	Amiodarona. Dosagem: 50mg /mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 3 mL	AMPOLA 3 MILILITRO	300	R\$ 3,40	R\$ 1.020,00
8	353333	Amoxicilina 875 mg associada com Clavulanato de Potássio 125 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1400	R\$ 3,47	R\$ 4.858,00
9	272434	Anlodipino Besilato. Dosagem: 5 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,12	R\$ 60,00
10	267517	Atenolol. Dosagem: 50 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,11	R\$ 55,00
11	277934	Atropina Sulfato. Dosagem: 0,50 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	R\$ 2,85	R\$ 855,00
12	267140	Azitromicina. Dosagem: 500 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1200	R\$ 1,30	R\$ 1.560,00
13	469426	Bacillus Clausii. Concentração: 2bilhões de UFC. Uso: suspensão oral. Apresentação: Flaconete /Frasco 5 mL	FRASCO 5 MILILITRO	500	R\$ 5,90	R\$ 2.950,00
14	270612	Benzilpenicilina Benzatina. Dosagem: 1.200.000 UI. Uso: suspensão injetável. Apresentação: Frasco-ampola	FRASCO-AMPOLA	600	R\$ 9,56	R\$ 5.736,00
15	343573	Betaistina Dicloridrato. Dosagem 24 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	120	R\$ 1,01	R\$ 121,20
16	270590	Betametasona Dipropionato 5 mg/mL associada com Betametasona Fosfato Dissódico 2 mg/mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	4100	R\$ 6,56	R\$ 26.896,00
17	270596	Betametasona Dipropionato 0,64mg/g associada a Gentamicina Sulfato 1,0mg/g. Uso: Creme Dermatológico. Apresentação: Bisnaga 30g	BISNAGA 30 GRAMA	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
18	268222	Bicarbonato de Sódio. Dosagem: 8,4%. Uso: Solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	400	R\$ 1,22	R\$ 488,00
19	412840	Bilastina. Dosagem: 20 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	R\$ 1,30	R\$ 390,00
20	269958	Bromoprida. Dosagem: 5 mg /mL. Uso: injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	800	R\$ 1,89	R\$ 1.512,00

21	267613	Captopril. Dosagem: 25 mg. Apresentação: Comprimido.	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,07	R\$ 70,00
22	442701	Ceftriaxona Sódica. Dosagem: 1 g. Uso: pó para solução injetável. Apresentação: Frasco-ampola	FRASCO-AMPOLA	700	R\$ 5,24	R\$ 3.668,00
23	271988	Cefuroxima. Dosagem: 250 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	750	R\$ 5,21	R\$ 3.907,50
24	340105	Cetoprofeno. Dosagem: 100 mg. Apresentação: Comprimido com revestimento gastrorresistente - liberação entérica	COMPRIMIDO	600	R\$ 1,60	R\$ 960,00
25	272166	Ciclobenzaprina Cloridrato. Dosagem: 5 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	R\$ 0,46	R\$ 276,00
26	407075	Ciclobenzaprina Cloridrato 5 mg associada à Cafeína 30 mg. Apresentação: Comprimido revestido.	COMPRIMIDO	450	R\$ 1,86	R\$ 837,00
27	267632	Ciprofloxacino Cloridrato. Dosagem: 500 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	420	R\$ 0,35	R\$ 147,00
28	284102	Ciprofloxacino Cloridrato 3,5 mg/mL associada com Dexametasona 1 mg/mL. Uso: solução oftálmica. Apresentação: Frasco 5 mL	FRASCO 5 MILILITRO	50	R\$ 13,77	R\$ 688,50
29	268436	Clindamicina Dosagem: 300 mg. Apresentação: Cápsula	CÁPSULA	3200	R\$ 1,54	R\$ 4.928,00
30	344014	Clonazepam. Dosagem: 0,25 mg. Apresentação: Comprimido Sublingual	COMPRIMO	300	R\$ 0,28	R\$ 84,00
31	272043	Clonidina Cloridrato. Dosagem: 0,1 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	390	R\$ 0,33	R\$ 128,70
32	272045	Clopidogrel. Dosagem: 75 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	R\$ 0,85	R\$ 510,00
33	267161	Cloreto de Potássio, Dosagem: 10%. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	200	R\$ 0,95	R\$ 190,00
34	267574	Cloreto de Sódio. Dosagem: 20%. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	200	R\$ 0,80	R\$ 160,00
35	448699	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	1200	R\$ 0,45	R\$ 540,00
36	268236	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Frasco 100 mL em sistema fechado	FRASCO 100 MILILITRO	4400	R\$ 4,37	R\$ 19.228,00
37	268236	Cloreto de Sódio. Dosagem: 0,9% (Soro Fisiológico): Uso: solução injetável, Apresentação: Frasco 500 mL	FRASCO 500	3600	R\$ 8,89	R\$ 32.004,00

		Apresentação: Frasco 500 mL em sistema fechado	MILILITRO			
38	270495	Colagenase 0,6 UI/g associada com Cloranfenicol 0,01 g/g Uso: pomada dermatológica. Apresentação: Bisnaga 30 g	BISNAGA 30 GRAMA	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
39	276283	Deslanosídeo. Dosagem: 0,2 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	50	R\$ 4,98	R\$ 249,00
40	267643	Dexametasona. Dosagem: 0,1%. Uso: creme dermatológico. Apresentação: Bisnaga 10 g	BISNAGA 10 GRAMA	100	R\$ 2,39	R\$ 239,00
41	396741	Dextrana 0,1% associada à Hipromelose 0,3%. Uso: solução oftálmica. Apresentação: Frasco 15 mL	FRASCO 15 MILILITRO	50	R\$ 22,49	R\$ 1.124,50
42	267194	Diazepam. Dosagem: 5mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	100	R\$ 2,20	R\$ 220,00
43	448613	Diclofenaco Dietilamônio. Dosagem: 10 mg/g. Uso: aerosol tópico. Apresentação: Frasco 85 mL	FRASCO 85 MILILITRO	50	R\$ 18,30	R\$ 915,00
44	272215	Difenidramina 5 mg associada com Citrato de Sódio 10 mg e Cloreto de Amônio 50 mg. Uso: oral. Apresentação: Pastilha	PASTILHA	500	R\$ 0,86	R\$ 430,00
45	267569	Diltiazem. Dosagem: 30 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	150	R\$ 0,40	R\$ 60,00
46	272336	Dimenidrinato 3 mg/mL associado com Piridoxina 5 mg /mL + Glicose 100 mg/mL + Frutose 100 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	700	R\$ 15,80	R\$ 11.060,00
47	272333	Dimenidrinato 50 mg associado Piridoxina 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	800	R\$ 0,75	R\$ 600,00
48	270633	Dipirona Sódica 300 mg associada à Cafeína 30 mg e Isometepteno 30 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1000	R\$ 1,21	R\$ 1.210,00
49	268252	Dipirona Sódica. Dosagem: 500 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	3000	R\$ 1,40	R\$ 4.200,00
50	410023	Dipirona Sódica. Dosagem: 1 g. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	1500	R\$ 0,85	R\$ 1.275,00
51	267907	Beclometasona Dipropionato. Dosagem: 400 mcg/mL. Uso: suspensão para inalação. Apresentação: Flaconete /Frasco 2 mL	FLACONETE 2 MILILITRO	50	R\$ 6,65	R\$ 332,50
		Dobutamina. Dosagem: 25 mg	AMPOLA 20			

52	272190	/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 20 mL	MILILITRO	20	R\$ 7,26	R\$ 145,20
53	269962	Domperidona. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	300	R\$ 0,19	R\$ 57,00
54	267651	Enalapril. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,16	R\$ 80,00
55	268255	Epinefrina. Dosagem: 1 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	R\$ 2,78	R\$ 834,00
56	270620	Escopolamina Butilbrometo 10 mg associada com Dipirona Sódica 250 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	600	R\$ 0,79	R\$ 474,00
57	270621	Escopolamina Butilbrometo 4 mg/mL associada com Dipirona Sódica 500 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	1400	R\$ 2,25	R\$ 3.150,00
58	267283	Escopolamina Butilbrometo. Dosagem: 10 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	100	R\$ 1,08	R\$ 108,00
59	267282	Escopolamina Butilbrometo. Dosagem: 20 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 1 mL	AMPOLA 1 MILILITRO	300	R\$ 2,08	R\$ 624,00
60	274186	Esomeprazol. Dosagem: 20 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	196	R\$ 1,20	R\$ 235,20
61	270116	Etomidato. Dosagem: 2 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	25	R\$ 21,61	R\$ 540,25
62	267107	Fenitoína Sódica. Dosagem: 50 mg/mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00
63	300725	Fenobarbital Sódico. Dosagem: 100 mg/mL, Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
64	271950	Fentanila. Dosagem: 0,05 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 10 mL	AMPOLA 10 MILILITRO	50	R\$ 8,60	R\$ 430,00
65	270796	Fexofenadina 60 mg associada à Pseudoefedrina 120 mg. Apresentação: Comprimido revestido de liberação prolongada	COMPRIMIDO	500	R\$ 4,59	R\$ 2.295,00
66	270799	Fexofenadina. Dosagem: 180 mg. Apresentação: Comprimido	COMPRIMIDO	100	R\$ 1,62	R\$ 162,00
67	267662	Fluconazol. Dosagem: 150 mg. Apresentação: Cápsula	CÁPSULA	150	R\$ 0,93	R\$ 139,50
68	268510	Flumazenil. Dosagem: 0,1 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 5 mL	AMPOLA 5 MILILITRO	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
69	272478	Flunarizina Dicloridrato. Dosagem: 10 mg.	COMPRIMIDO	100	R\$ 0,30	R\$ 30,00

		Apresentação: Comprimido				
70	267666	Furosemida. Dosagem: 10 mg /mL. Uso: solução injetável. Apresentação: Ampola 2 mL	AMPOLA 2 MILILITRO	300	R\$ 1,45	R\$ 435,00
TOTAL						R\$ 155.767,45

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 155.767,45

Os valores constantes da tabela inserida no item 7 do presente Estudo Técnico Preliminar foram obtidos na pesquisa inicial constante no mapa comparativo.

Quanto à divulgação dos valores de referência estimados, essa Coordenação-Geral de Saúde tem adotado o orçamento sigiloso para as aquisições de medicamentos, em atendimento ao Acórdão TCU nº 2.150/2015-Plenário. Nas últimas contratações de 2024, dos 131 itens licitados, 74 foram fracassados, correspondendo a 56,5% dos itens, tendo em vista que os preços ofertados foram superiores ao estimado, sem êxito nas tentativas de negociação realizadas, conforme consta nos autos dos processos 00230.000868/2023-09 e 00230.000869/2023-45. Cumpre registrar que as quantidades licitadas a serem fornecidas para cada item são pequenas, comparada a outros Órgãos da área da Saúde, que se mostra economicamente menos atrativa ao mercado fornecedor, redundando em menor competitividade.

Verifica-se que em licitações de objeto idêntico ao ora proposto, há divulgação do orçamento estimativo no edital da licitação, como se verifica no Pregão Eletrônico nº 90001/2025, UG 20001, do Senado Federal e no Pregão Eletrônico nº 90032/2024, UG 193099, do IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Uma vez que a pesquisa de preços para a atual contratação em 2025 foi realizada atendendo ao que rege a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, sendo priorizado o parâmetro estabelecido no inciso I - Painel de Preços, em atendimento ao previsto no § 1º do art. 5º da referida IN, entende-se que a divulgação dos valores de referência estimados não trará prejuízo ao interesse da Administração em obter a proposta mais vantajosa.

Diante do exposto e considerando que o caráter sigiloso do orçamento é medida excepcional, segundo o art. 24 da Lei 14.133/2021, a presente compra seguirá a regra geral de divulgação dos preços estimados, conforme tabela do item 1 do Termo de Referência e do no item 7 do presente Estudo Técnico Preliminar

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente aquisição será dividida em itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os materiais a serem adquiridos encontram-se previstos no sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Plano Anual de Contratações (PGC/PAC) vigente.

1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025
2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024.
3. Id do item no PCA: 475
4. Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS
5. Identificador da Futura Contratação: 110001-187/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos medicamentos possibilita atendimento aos pacientes da COSAU. Portanto, a não aquisição acabará inviabilizando os atendimentos, acarretando prejuízo a assistência, uma vez que a Coordenação deverá deslocar os pacientes para outra unidade de saúde conveniada e apta a prestar o atendimento adequado.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de aquisição de insumos, não se faz necessária nenhuma adequação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

Ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação das soluções descritas no item 7, ou seja, da contratação de MEDICAMENTOS mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declare-se viável a contratação pretendida

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO ALBERTO SOARES TEODORO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/04/2025 às 13:20:55.

FABIO LEANDRO SANTOS DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/04/2025 às 12:33:48.